

FLUMINENSE, O

Jornal fluminense fundado em Niterói no dia 8 de maio de 1878 pelos majores da Guarda Nacional Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos. Inicialmente era publicado três vezes por semana, às quartas, sextas-feiras e domingos, mas a partir de 1892 passou a ser editado diariamente, permanecendo até hoje em circulação.

DA FUNDAÇÃO ATÉ 1930

O Fluminense começou a circular simultaneamente nas cidades de Niterói e do Rio de Janeiro, então capital do Império. Prometendo no editorial de estreia que não se deixariam “cegar pela paixão partidária”, seus fundadores declaravam também que seu objetivo era lutar pelo desenvolvimento da instrução pública, pela melhoria da lavoura e do comércio, pela abertura de novas estradas provinciais e municipais e a boa conservação das existentes, e, finalmente, pelo desaparecimento progressivo do imposto de pedágio, considerado oneroso aos produtos agrícolas, além de “em extremo vexatório”.

Entretanto, o jornal surgira em decorrência de motivos político-partidários. Tanto Miranda quanto Travassos eram membros do Partido Conservador, que havia passado à oposição com a queda do gabinete de Luís Alves de Lima e Silva, duque de Caxias, ocorrida em 5 de janeiro de 1878. Com a ascensão do Partido Liberal ao poder, caíra também o presidente da província do Rio de Janeiro, o conservador Pinto Lima. Este último teria sido o inspirador do novo órgão de imprensa, surgido com o propósito de defender os interesses do partido deposto.

Enquanto Travassos entrou com o capital, Rodrigues de Miranda já era homem vinculado à imprensa, capaz — segundo depoimento de Alberto Torres — “de redigir a notícia e de imprimir e compor um jornal”. Poucos meses depois da fundação, Travassos deixou *O Fluminense*, permanecendo Rodrigues de Miranda como único proprietário.

A partir desse momento, ocorreu uma alteração no expediente, e o jornal passou a ser oficialmente “o órgão conservador da província do Rio de Janeiro”, desenvolvendo “a mais decidida oposição à política dominante”. Em 1881, um de seus principais redatores, Guilherme Cristino Briggs, foi candidato a deputado provincial pelo Partido Conservador. Durante os dez anos em que o Partido Liberal permaneceu no poder, *O Fluminense* fez-lhe

oposição, denunciando “as perseguições políticas e as arbitrariedades dos governos liberais na província”. Paralelamente à defesa das idéias conservadoras, porém, o jornal lutou pelos interesses locais, chegando a afirmar: “Continuando a militar nas linhas conservadoras, do que muito se ufana, *O Fluminense* ater-se-á, entretanto, mais aos interesses da província que aos da política.” Entre as benfeitorias da cidade de Niterói cuja realização o jornal considerava resultado de suas campanhas, figuravam o aterro de São Lourenço, o porto, o Corpo de Bombeiros e a Biblioteca Pública.

Em seus primeiros anos de vida, o jornal teve grande penetração tanto no município de Niterói quanto na própria Corte, publicando anúncios das melhores casas comerciais do Rio de Janeiro.

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 foi bem aceita por *O Fluminense*, que desde logo apoiou o presidente estadual Francisco Portela. Entre 1890 e 1891, por motivo de doença de Rodrigues de Miranda, o jornal deixou de circular durante alguns meses. A partir de dezembro de 1891, com a queda de Francisco Portela – que por sua vez se seguiu à renúncia do presidente Deodoro da Fonseca –, iniciou-se um período de abstenção de qualquer participação política ostensiva.

Durante o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), *O Fluminense* esteve ligado à situação. Essa ligação se explicava pelo fato de Luís Henrique Xavier de Azeredo, genro do major Rodrigues de Miranda, haver lutado anteriormente ao lado do novo presidente.

Com a mudança da capital do estado para Petrópolis em 1899, *O Fluminense* desencadeou uma campanha em favor do retorno à situação anterior, o que só ocorreria em 1902. Em 1903, o jornal voltou abertamente às lides políticas, aderindo à candidatura de Nilo Peçanha à presidência estadual. *O Fluminense* se manteria articulado com a oligarquia de Nilo Peçanha durante todo o tempo em que esta existiu.

Quando Nilo Peçanha assumiu a presidência da República, em 1909, devido ao falecimento do presidente Afonso Pena, a ala dissidente do Partido Republicano Fluminense, representada pelo governo estadual de Alfredo Backer, entrou em conflito com a situação. Nessa ocasião, *O Fluminense* foi cercado por elementos da polícia estadual e ameaçado de empastelamento.

Em 1922, o jornal foi partidário da candidatura presidencial de Nilo Peçanha, apoiando a campanha da Reação Republicana. Contudo, com a vitória de Artur Bernardes e a

consequente indicação de Feliciano de Abreu Sodré para a presidência estadual, a oligarquia de Nilo Peçanha começou a se desarticular. *O Fluminense* acabou por apoiar o governo de Feliciano Sodré, mas combateu seu sucessor Manuel Duarte.

Durante o último período presidencial da República Velha, o jornal voltou para a oposição, aproximando-se discretamente dos princípios da Aliança Liberal. Embora permanecesse um órgão mais informativo do que propriamente de análise, *O Fluminense* apoiou a Revolução de 1930, publicando sob o título “A Revolução triunfante” matérias sobre os atos revolucionários.

A Primeira República marcou uma importante fase do jornal, que se preocupava igualmente com temas de ordem cultural. Entre os principais colaboradores de *O Fluminense* durante esse período destacaram-se, além de Guilherme Briggs, Artur e Gastão Briggs, Geraldo Araújo, Joaquim Leitão, Alfredo Lino Maciel Azamor, Joaquim Lacerda, Felisberto de Carvalho, Luís Leopoldo Fernandes Pinheiro, Ricardo Barbosa, Miranda e Silva, Oliveira Viana e Jônatas Botelho.

Após a morte do major Rodrigues de Miranda em 1919, *O Fluminense* passou às mãos de seu genro, Luís Henrique Xavier de Azeredo, que dirigiria o jornal até 1944.

DE 1930 ATÉ 1964

Depois da Revolução de 1930, o jornal apoiou o governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, mostrando-se, no entanto, em desacordo com a sucessão de interventorias fluminenses, exceção feita à do almirante Ari Parreiras.

Com o golpe de 10 de novembro de 1937 e a consequente inauguração do Estado Novo (1937-1945), *O Fluminense* passou para a situação, apoiando o governo estadual do comandante Ernâni Amaral Peixoto. A docilidade com que o antigo órgão de imprensa passou a encarar o governo expressava-se na linha adotada de “absoluta isenção em relação aos governantes estaduais e municipais”. A meta de *O Fluminense* era “aplaudir os méritos e criticar os defeitos desses administradores, sem parcialidade de qualquer natureza”. O jornal limitou-se a considerar os feitos da administração pública.

Por outro lado, o período posterior a 1930 assistiu ao declínio do periódico, que mergulhou numa crise financeira de grandes proporções resultante de má administração. Em 1944, Luís Henrique Xavier de Azeredo, por motivo de doença, colocou na direção de

O Fluminense seu filho Aurelindo de Miranda Azeredo, tornando a assumir seu cargo apenas em 1948. Luís Henrique deixou o jornal e as máquinas em testamento a seu neto José Luís Azeredo da Silva, o qual, em 1954, convocou Alberto Torres — deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN) e líder da bancada de oposição ao segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) — para sanear as finanças da empresa. Alberto Torres aceitou o convite com a condição de assumir a direção de *O Fluminense* através de escritura pública. Seu primeiro editorial, de 16 de fevereiro de 1954, não manifestava declaradamente uma linha política, seguindo a tradição das campanhas em defesa “de nossa cidade e de nosso estado”. Logo, porém, o jornal passou a defender princípios da UDN, opondo-se assim à última fase do governo Vargas e ao governo estadual de Amaral Peixoto, e apoiando o curto mandato presidencial de João Café Filho e a candidatura de Juarez Távora à presidência da República.

Por fim, em 20 de outubro de 1955, José Luís Azeredo da Silva deixou o jornal, passando o controle acionário a Alberto Torres. Desse momento em diante, *O Fluminense* voltou a se preocupar com assuntos de âmbito nacional. Abriu uma agência no estado de São Paulo, uma sucursal em Brasília e passou a valer-se, para o noticiário internacional, dos serviços da France Press e da United Press.

A partir de 1956, o jornal opôs-se ao governo de Juscelino Kubitschek (1966-1961). Por ocasião das eleições estaduais de 1959, quando a UDN, contrariando os preceitos de seus correligionários da capital federal, aliou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em torno da candidatura de Roberto Silveira a governador, *O Fluminense* bateu-se pela vitória deste último. Com o desencadeamento dos debates em torno da sucessão de Juscelino, *O Fluminense* apoiou a candidatura de Jânio Quadros. Embora feroz opositor do vice-presidente João Goulart, o jornal, por ocasião da renúncia de Jânio, defendeu intransigentemente o direito de Goulart à presidência. Após a posse de Goulart, contudo, *O Fluminense*, como órgão da UDN, permaneceu na oposição, atacando igualmente o governo estadual de Badger da Silveira. Através de editoriais diários, Alberto Torres conclamava os militares à reação. Quando do Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, *O Fluminense* afirmou em editorial que “ou as forças armadas agiam rapidamente ou seriam dissolvidas e substituídas por milícias no melhor estilo cubano”. O

jornal apoiou, dessa forma, o movimento militar de 31 de março de 1964, e manteve-se favorável ao regime então instituído.

Desde sua fundação até a década de 1950 *O Fluminense* passou por importante evolução técnica. Nos primeiros tempos, e durante vários anos, na ausência de linotipos, as linhas eram compostas uma a uma e espalhadas pelas colunas do jornal, que era impresso em máquinas planas, unidade por unidade. O trabalho era feito à luz de gás, e na impressão utilizava-se o vapor. Em 1902 o jornal adquiriu sua primeira Marinoni plana, e em 1905 foi introduzida a luz elétrica. A primeira linotipo apareceria apenas em 1952. Em 1957, foi adquirida a primeira rotativa Marinoni, com capacidade de imprimir 25 mil jornais de 32 páginas por hora.

Carlos Eduardo Leal

DO GOVERNO GEISEL À REDEMOCRATIZAÇÃO

Durante o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), iniciou-se o processo de redemocratização do país, comandado a partir do interior do próprio regime. Foi a chamada “distensão”, que, segundo o governo, deveria se dar de maneira “lenta, gradual e segura”. *O Fluminense* manteve-se numa posição governista, elogiando o ritmo e a forma das medidas redemocratizantes.

O processo de redemocratização, porém, se realizava enfrentando muitos obstáculos. Em abril de 1977, Geisel fechou o Congresso por alguns dias e impôs uma série de medidas — o chamado “pacote de abril” — que incluía a reforma do Judiciário e algumas regulamentações eleitorais destinadas a restringir a ação dos setores oposicionistas. *O Fluminense* dedicou, então, fartos elogios a Geisel, afirmando que sua atuação era orientada por um “equilíbrio desejável nas atuais circunstâncias”. Dias depois, apontava a “incoercível vocação democrática do governo”. Em 1979, já no governo João Figueiredo (1979-1985), o jornal apoiou cautelosamente a anistia concedida à maioria dos sentenciados pelo regime. Nesse momento, porém, seus editoriais preocupavam-se mais com a reforma partidária que então se iniciava e que poria fim ao bipartidarismo vigente desde 1965.

A abertura política sofreria ainda ameaças no início da década de 1980, quando setores de extrema direita ligados ao regime promoveram atos de terrorismo, numa tentativa de deter

o processo de democratização. No mais grave desses episódios, em maio de 1981, um sargento do Exército morreu por acidente ao tentar colocar uma bomba em um espetáculo de música popular brasileira que reunia milhares de pessoas no Riocentro, em comemoração do Dia do Trabalho. Constrangidos, setores governistas condenaram o atentado, mas evitaram uma apuração rigorosa, enquanto o jornal noticiava o ocorrido sem tecer qualquer comentário nos primeiros momentos. Após alguns dias, contudo, apareceram elogios à postura adotada pelo presidente João Figueiredo, a quem *O Fluminense* atribuía “convicções democráticas”.

No início de 1984, as forças políticas de oposição ao governo militar desencadearam uma campanha popular pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente da República. Com esse objetivo, foi apresentada no Congresso emenda de autoria do deputado Dante de Oliveira que estabelecia o pleito direto para a escolha do sucessor do general João Figueiredo, a se realizar ainda no final daquele ano. Em poucos meses, a campanha das diretas ganhou as ruas de todo o país, e até mesmo alguns parlamentares governistas passaram a apoiá-la. Quando a emenda foi colocada em votação no mês de abril, *O Fluminense* defendeu-a timidamente. No dia da votação, 25 de abril, seu editorial aconselhava a abertura de negociações entre a oposição e o governo a fim de “evitar impasses” e apontava o governador mineiro Tancredo Neves como um interlocutor apropriado para tal negociação. Elogiava ainda o presidente Figueiredo por seu papel no processo de redemocratização do país e criticava “os radicalismos que não levam a coisa nenhuma”. Realizada a votação, a emenda Dante de Oliveira não obteve os 2/3 dos votos necessários à sua aprovação. O jornal insistiu, então, na tese da negociação entre governo e oposição. Nesse sentido, a proposta do governo estabelecendo eleições diretas em 1988 recebeu elogios do jornal.

Com a manutenção da eleição indireta, os setores majoritários da oposição optaram por apresentar a candidatura de Tancredo Neves para concorrer no Colégio Eleitoral — composto por deputados e senadores, além de representantes de cada assembleia legislativa estadual — que escolheria o novo presidente. O Partido Democrático Social (PDS), governista, apresentou o nome do então deputado federal paulista Paulo Maluf. Em 13 de janeiro de 1985, *O Fluminense* dirigiu elogios ao candidato opositor e apontou-o como a pessoa credenciada “a realizar um governo de união nacional”.

Eleito, Tancredo Neves não pôde, porém, assumir o governo em virtude dos problemas de saúde que o levaram à morte. Assumiu a presidência, então, o vice-presidente eleito, José Sarney. Em fevereiro de 1986, Sarney adotou o Plano Cruzado, conjunto de medidas econômicas cujos aspectos mais importantes foram o congelamento dos preços e a substituição do cruzeiro pelo cruzado como moeda oficial do país. Em 5 de março, *O Fluminense* apoiou o plano, caracterizando-o como um esforço de reconstrução nacional, e afirmou estar sendo travada uma “guerra santa contra a inflação”.

Em fevereiro de 1987, instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte, eleita em novembro do ano anterior. Em 19 de novembro, o jornal apontava a “irrealidade dos benefícios sociais aprovados sem qualquer previsão de recursos para sua cobertura financeira no futuro”, bem como o “excesso de nacionalismo incluído na Carta”.

Nas eleições presidenciais de 1989, *O Fluminense* não apoiou nenhuma candidatura. No dia da votação do primeiro turno, porém, matérias publicitárias do candidato Leonel Brizola foram publicadas com destaque pelo jornal, o que feria a legislação eleitoral vigente. Tal fato motivou a apreensão do jornal, a pedido de partidários da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, lançado pela Frente Brasil Popular. O incidente mereceu protestos da direção do órgão, que na edição do dia seguinte reclamou do tratamento diferenciado que havia recebido, já que, segundo seus diretores, a publicação de anúncios publicitários fora feita por outros órgãos de imprensa que ficaram livres de qualquer sanção. O episódio não teve maiores consequências, e já no mês seguinte, quando se aproximava a data do segundo turno do pleito presidencial, disputado entre Lula e Fernando Collor de Melo, os dirigentes da Frente Brasil Popular em Niterói visitaram a sede do jornal e elogiaram a cobertura das eleições feita pelo órgão.

Vencedor da disputa, Fernando Collor anunciou, no dia seguinte ao de sua posse, em 16 de março de 1990, a adoção de um novo plano econômico, dirigido pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo. O Plano Collor, como ficou conhecido, estabeleceu novo controle de preços como forma de conter a inflação e foi elogiado por *O Fluminense*. O jornal, no entanto, não deixou de apresentar certa cautela ao se referir aos aspectos mais polêmicos do plano, como a retenção da maior parte do dinheiro depositado nas instituições bancárias, incluindo as cadernetas de poupança, com o objetivo de reduzir a moeda circulante e, assim, estabilizar a economia.

Em 1992, Collor seria duramente atingido por graves denúncias que apontavam a existência de um grande esquema de corrupção no governo coordenado por seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias. Manifestações públicas a favor do *impeachment* do presidente foram então realizadas, apoiadas por amplo leque de forças políticas. *O Fluminense*, como quase toda a imprensa, mostrou-se favorável ao afastamento de Collor, afirmando em 1º de setembro que “foram os indícios que sensibilizaram os brasileiros e os colocaram contra o governo”. Aprovado o *impeachment*, o vice-presidente Itamar Franco foi efetivado na presidência (1992-1994).

Em 1994, ainda durante o governo Itamar Franco, um novo plano de estabilização econômica foi adotado, o Plano Real, conduzido por Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda. Mais uma vez o jornal apoiou um plano econômico. Este, após ser implantado, impulsionou a candidatura de Fernando Henrique à presidência, vitoriosa em outubro daquele ano. Empossado o novo presidente, *O Fluminense* encampou a tese da necessidade de reformas constitucionais, defendida por setores governistas.

Em 2005, *O Fluminense* lançou a revista de variedades *O Flu*, em formato tablóide e em cores, veiculada inicialmente apenas no primeiro domingo do mês, e mais tarde todo domingo. O jornal lançou também o site *Flu Online*, com informações em tempo real, fotos e textos relevantes de seu acervo.

André Couto

FONTES: CARONE, E. *República Velha*; ENTREV. TORRES, A.; *Fluminense* (1878-); *Fluminense*. Disponível em : < <http://www.ofluminense.com.br>>. Acesso em: 25/11/2009, 26/09/2011.